

## **ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel (1974-1979)**

Rafael Vaz da Motta Brandão

### **Introdução**

No Brasil, o setor de bens de capital sempre ocupou posição relevante no processo de industrialização. Ainda que grande parte dos investimentos possam ser observados entre as décadas de trinta e cinquenta, no auge do projeto nacional-desenvolvimentista com a política de substituição de importações, foi somente na segunda metade da década de setenta, mais precisamente durante o Governo Geisel (1974-1979), que podemos observar a tentativa de colocação do setor de bens de capital na frente do processo de desenvolvimento econômico. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), através do ajuste da estrutura industrial do país, projetava a implementação de um novo padrão de acumulação capitalista no Brasil, centrado no Departamento I (setor de bens de produção).

Este trabalho tem como objetivo analisar, ao longo do Governo Geisel (1974-1979), a atuação de um determinado aparelho privado de hegemonia, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB), uma vez que suas ações, desenvolvidas no interior da sociedade civil, veiculam valores e concepções de mundo que apontam a direção moral e intelectual de uma dada fração da classe dominante brasileira: o empresariado industrial.

A hipótese aqui defendida é a de que, com o governo Geisel, logo em 1974, com o anúncio do II PND e de medidas para o fortalecimento do setor, foi estabelecida uma

“aliança” entre ABDIB e o Estado, e que esta aliança foi sendo enfraquecida ao longo da administração Geisel, quando as políticas defendidas pela ABDIB para o setor industrial mostraram-se fracassadas, tendo se rompido em julho de 1978 com a divulgação do “Manifesto dos Oito”, uma das mais importantes críticas empresariais ao regime militar. Ao mesmo tempo, procura-se romper com uma determinada interpretação consagrada pela historiografia que aponta a existência de um Estado “forte” em contraposição a um Empresariado “fraco” e pouco atuante.

Além da ABDIB, várias outras associações e sindicatos patronais se destacaram pela atuação em defesa dos interesses da classe empresarial ao longo do governo Geisel, como a ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), a ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas) e o SIMESP (Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo).

A escolha pela ABDIB justifica-se, primeiramente, pelo fato de esta ser eleita pelos próprios empresários, em uma pesquisa de opinião, como a entidade de classe mais representativa do setor e, em segundo lugar, por ser a ABDIB a entidade mais representativa do setor, esta sempre esteve no centro do debate sobre os rumos da política industrial do governo Geisel<sup>1</sup>.

A Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB) é uma entidade privada, cujo objetivo principal é o de apoiar o fortalecimento das indústrias do setor de bens de capital e defender os seus interesses em sua atuação no mercado.

Fundada em 1955 a partir de uma consulta realizada pela PETROBRÁS a

<sup>1</sup> VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *Empresariado e Estado na Transição Brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1995, p. 161.

empresas brasileiras sobre a possibilidade de fornecimento de equipamentos nacionais para a ampliação da Refinaria Landulpho Alves (BA), a ABDIB iniciou suas atividades com apenas sete empresas<sup>2</sup>, tendo, poucos meses depois de sua fundação, incorporado outras cinco empresas<sup>3</sup>. É importante destacar que, mesmo contando, desde a sua fundação, com empresas estrangeiras em seu quadro de associados, a presidência da ABDIB sempre esteve em poder de empresas brasileiras.

Nos estatutos da ABDIB estão enumeradas as principais atividades das empresas associadas: energia elétrica, siderurgia e metalurgia, petróleo, química e petroquímica, álcool e alcoolquímica, papel e celulose, cimento, mineração, ferroviária, naval e fabricantes de bens de capital sob encomenda.

Nos seus primeiros anos de existência, segundo VELASCO E CRUZ, a ABDIB concentrou as suas atividades técnicas, desenvolvendo estudos sobre normas estrangeiras para a construção de equipamentos e procurando formas de adaptá-las às possibilidades de produção das empresas nacionais. Dedicou-se, ainda, à análise das condições para a construção conjunta de equipamentos, realizando, para isto, um levantamento das disponibilidades de maquinaria e da capacidade de produção, primeiramente, de seus associados e, depois, de outras indústrias do país<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> As sete empresas fundadoras da ABDIB foram: Aços Villares S/A, Bardella S/A – Indústrias Mecânicas, Companhia Brasileira de Construção Fichet, Companhia Brasileira de Material Ferroviário, Indústria Mecânica Cavallari S/A e Máquinas Piratininga.

<sup>3</sup>

Indústria Brasileira de Embalagens S/A, Arno S/A, Indústria Dínamo - Elétrica do Brasil S/A, General Elétrica S/A e S/A White Martins.

<sup>4</sup>

VELASCO E CRUZ, Sebastião. *Op. Cit.*, p. 173.  
Texto discutido em 22/08/2007

Em junho de 1964, a ABDIB contava com 35 associados e, dez anos depois, seu quadro social totalizava 89 empresas. Estes números demonstram, portanto, o aumento substantivo de associados da ABDIB após o golpe militar de 1964. PAYNE<sup>5</sup> confirma a extensão do apoio conferido pelos empresários. Em uma pesquisa com 132 empresários paulistas, selecionados em função de sua participação política entre as décadas de 1960 e 1980, constatou que 82,3% daqueles que iniciaram seus negócios antes de 1964 apoiaram o golpe.

O golpe de 1964 inaugura, portanto, um novo período na relação entre Estado e Empresariado no Brasil. Rapidamente, representantes do setor empresarial passariam a ocupar cargos governamentais e influir decisivamente nas diretrizes econômicas do período militar.

### **O Planejamento e Financiamento da Indústria no Governo Geisel**

Duas importantes agências estatais destacam-se no apoio à política industrial durante o Governo Geisel: o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE).

O CDE era um órgão vinculado diretamente à presidência da República cujo objetivo principal era o de se constituir em um órgão consultivo para a coordenação e o planejamento das políticas públicas na área econômica, entre elas, a política industrial.

---

<sup>5</sup>

PAYNE, Leigh A. *Brazilian Industrialists and Democracy Change*. Baltimore: The John Hopkins University, 1994, p. 25.

O BNDE, por sua vez, seria o principal órgão público financiador dos projetos de desenvolvimento industrial contidos no II PND (Quadro-I). Ainda em 1974, o banco estatal determinou a criação de três subsidiárias de modo a ampliar as formas de capitalização das empresas brasileiras: a EMBRAMEC (Mecânica Brasileira S/A), a IBRASA (Investimentos Brasileiros S/A) e a FIBASE (Financiamentos e Insumos Básicos S/A). Estas atuariam como companhias de investimentos concedendo capital de risco às empresas nacionais para a participação em projetos inscritos nas prioridades do II PND. Além da já existente FINAME (Agência Especial de Financiamento Industrial S/A), foram colocados sob a administração do BNDE recursos provenientes do PIS/Pasep – que até aquele momento estavam sob o gerenciamento da Caixa Econômica Federal – o que duplicaria a capacidade financeira do banco.

**QUADRO-I**

**Evolução da Colaboração Financeira do Sistema BNDES Aprovada  
em Benefício dos Setores Público e Privado – 1952/79  
(Em %)**

<i>Ano</i>	<i>Setor Público<sup>a</sup></i>	<i>Setor Privado<sup>b</sup></i>
1952	100,0	-
1953	89,0	11,0
1954	90,4	9,6
1955	77,1	22,9
1956	95,3	4,7
1957	78,8	21,2

Texto discutido em 22/08/2007

**Evolução da Colaboração Financeira do Sistema BNDES Aprovada  
em Benefício dos Setores Público e Privado – 1952/79  
(Em %)**

<i>Ano</i>	<i>Setor Público<sup>a</sup></i>	<i>Setor Privado<sup>b</sup></i>
1952	100,0	-
1953	89,0	11,0
1954	90,4	9,6
1955	77,1	22,9
1956	95,3	4,7
1957	78,8	21,2
1958	86,6	13,4
1959	70,0	30,0
1960	91,8	8,2
1961	90,5	9,5
1962	95,6	4,4
1963	91,0	9,0
1964	94,2	5,8
1965	67,4	32,6
1966	58,1	41,9
1967	65,5	34,5
1968	45,8	54,2
1969	40,1	59,9
1970	34,6	65,4
1971	34,0	66,0
1972	21,8	78,2
1973	24,2	75,8
1974	33,5	66,5
1975	22,6	77,4
1976	18,9	81,1
1977	20,8	79,2
1978	13,0	87,0
1979 <sup>c</sup>	17,0	83,0

<sup>a</sup>Inclui órgãos da administração pública direta e indireta, bem como empresas com participação majoritária do governo.

<sup>b</sup>Inclui os totais das operações diretas e de repasses a agentes oficiais e privados dos diversos programas do BNDES, bem como o valor global das operações das subsidiárias.

<sup>c</sup>As informações relativas a 1979 não incluem as operações das subsidiárias.

Tomando o entendimento do Estado enquanto uma condensação de relações sociais<sup>6</sup> e dotado de uma estrutura material na qual se inscrevem grupos e/ou agentes previamente organizados ao nível da sociedade civil<sup>7</sup>, um dado importante a ser observado é a composição dos conselhos de direção da EMBRAMEC, IBRASA e FIBASE (Quadro-II), que eram compostos por vários empresários representantes do setor de bens de capital.

**QUADRO-II**  
**CONSELHO DIRETOR DAS SUBSIDIÁRIAS DO SISTEMA BNDE**

<b>CONSELHO - EMBRAMEC</b>
Paulo Villares (Indústria Villares S/A)
Cláudio Bardella (Bradella Indústrias Mecânicas S/A)
Giordano Romi (Indústrias Romi S/A)
Luís Eulálio Bueno Vidigal (Cobrasma S/A – Indústria e Comércio)
Benedito Fonseca Moreira (CACEX)
Haroldo Ramos da Silva (PETROBRÁS)
Luís Verano (Codesid)
Mauro Moreira (Eletrobrás)

<sup>6</sup> POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

<sup>7</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania. IN: *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 1, nº 1, 1996, p. 96.



**CONSELHO - IBRASA**

José Mindlin (Grupo Metal Leve)

Paulo Vellinho (grupo Springer - Admiral)

Júlio Rafael de Aragão Buziano (Grupo Bozano Simonsen)

Edson Queirós (Grupo Edson Queirós - CE)

Olavo Egydio Setúbal (Banco Itaú América)

Roberto Teixeira da Costa (Banco de Investimentos do Brasil)

Casimiro Antonio Ribeiro (Associação Nacional dos Bancos de Investimento)

Fernando Carvalho (Presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro)

Marco Túlio Felício da Silva (Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais)

**CONSELHO - FIBASE**

Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim)

Max Feffer (Companhia Suzano de Papel e Celulose)

José Maria Oliva (Cimento Itaú)

José Agostinho Drumond Gonçalves (Associação Nacional de Desenvolvimento de Adubos)

Leopoldo Miguez (Petrobrás)

Paulo Vieira Belloti (Secretário Geral do Ministério da Indústria e Comércio)

Arnaldo Rodrigues Barbalho (Secretário Geral do Ministério de Minas e Energia)

(FONTE: *Boletim do Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo*, maio-junho de 1974).

Texto discutido em 22/08/2007

## **A ABDIB e o Governo Geisel: construção e ruptura de uma “aliança”**

O relacionamento entre a ABDIB e o Governo Geisel pode ser dividido em três fases distintas.

A primeira fase compreende o ano de 1974 e seria marcada pelo anúncio de importantes medidas para o setor: o fortalecimento do BNDE através da transferência dos recursos do PIS/Pasep; a criação das empresas subsidiárias (EMBRAMEC, FIBASE e IBRASA); a Exposição de Motivos 06/74; além do anúncio, em setembro, do II PND. A principal característica desta primeira fase é o apoio irrestrito do empresariado às decisões do governo, caracterizando o estabelecimento da aliança ABDIB – Governo Geisel.

A segunda fase, situada entre 1975 e 1976, marca o início de uma posição mais crítica assumida pela ABDIB em relação ao governo, especialmente após a campanha iniciada em Porto Alegre (outubro de 1975), em favor do fortalecimento da indústria nacional de bens de capital, e que teria continuidade em outros estados.

A terceira fase, por fim, compreendida entre os anos de 1977 e 1978, é caracterizada pela intensificação das críticas ao governo. Apesar de algumas medidas governamentais em favor do setor, como a Resolução nº 09 do CDE, a ABDIB assume uma postura bastante combativa em relação ao governo, especialmente após o anúncio do corte de investimentos em infra-estrutura e da revisão das metas do II PND, e que culmina com a divulgação, em 1978, do “Documento dos Oito”, assinado por empresários do setor de bens de capital, caracterizando a ruptura da aliança ABDIB – Governo Geisel,

estabelecida ao longo do ano de 1974 e que se manteve, ainda que com alguns abalos, até o ano de 1977.

O primeiro encontro oficial entre representantes da ABDIB e do governo ocorreu no dia 16 de abril de 1974. Na ocasião, o presidente da entidade, Cláudio Bardella (Bardella Indústrias Mecânicas S/A) e o vice-presidente, Carlos Villares (Indústrias Villares S/A), foram recebidos pelos Ministros Severo Gomes (Indústria e Comércio) e João Paulo dos Reis Velloso (Secretaria de Planejamento). Neste encontro, os empresários tiveram a oportunidade de realizarem uma exposição acerca da situação do setor de bens de capital<sup>8</sup>.

O mês seguinte ao primeiro encontro entre o governo e representantes da ABDIB pode ser considerado como um dos momentos mais importantes para o setor. Dirigindo-se a diretores e associados da entidade, em reunião realizada em 24 de maio, o Ministro Reis Velloso exporia os pontos principais de uma política voltada o ramo de bens de capital, explicitadas na criação da EMBRAMEC e na Exposição de Motivos 06/74<sup>9</sup>.

Das três empresas criadas pelo BNDE, a EMBRAMEC se destacaria como a principal subsidiária no apoio ao setor de bens de capital. Criada em 08/05/74, sua principal função era a de fortalecer financeiramente as empresas nacionais, assumindo participações acionárias minoritárias e ampliando a capacidade de investimento destas empresas.

<sup>8</sup> ABDIB – Informa nº 118/74.

<sup>9</sup> ABDIB - Informa, n.119/74.

A Exposição de Motivos 06/74<sup>10</sup> destaca a importância da ação do governo para o desenvolvimento econômico do país. Segundo o documento, a produção de bens de capital atingiria, naquele momento, um estágio em que se tornaria necessário à criação de instrumentos que permitissem sua total integração com os projetos de investimentos em curso. Também é observado que parte considerável das importações de bens de capital realizadas naquele momento poderiam ser adquiridas no mercado nacional, já que as importações, mais do que por deficiência tecnológica ou por problemas de oferta interna, vinha sendo feita em virtude das boas condições de financiamento oferecidas no exterior ou por especificações resultantes dos projetos realizados no exterior. Por fim, a exposição de Motivos 06/74 recomenda uma ação específica do setor público – tendo em vista que as empresas estatais são as responsáveis por mais da metade da demanda de bens de capital produzidos no país – além de destacar a importância da expansão nacional da indústria de bens de capital para o equilíbrio do balanço de pagamentos.

Em julho, o governo federal tomaria uma importante medida de apoio ao setor de bens de capital e que vinha de encontro com os interesses defendidos pela ABDIB: a extensão dos incentivos concedidos às exportações para os fornecimentos de máquinas e equipamentos no mercado interno<sup>11</sup>. Pelo Decreto-Lei nº 1335, assinado pelo Presidente da República no dia 08 de julho, o Ministério da Fazenda poderia estender os estímulos fiscais concedidos às exportações para as vendas de máquinas e equipamentos nacionais, atendendo ao requerimento da parte interessada.

---

<sup>10</sup> A Exposição de Motivos 06/74 seria redigida pelos seguintes ministros: João Paulo dos Reis Velloso (SEPLAN), Severo Gomes (Indústria e Comércio), Shigeaki Ueki (Minas e Energia), Euclides Quandt de Oliveira (Transportes) e Dyrceu Araújo Nogueira (Transportes).

<sup>11</sup> ABDIB – *Informa*, n. 121/74.  
Texto discutido em 22/08/2007

A consolidação da aliança ABDIB – Governo Geisel fica evidente quando, em setembro daquele ano, é anunciado oficialmente o II PND, colocando o Departamento I como o setor produtivo hegemônico na tentativa de implementação de um novo padrão de acumulação capitalista no Brasil<sup>12</sup>.

O ano de 1975 se inicia e, com ele, uma segunda fase na relação entre governo e a ABDIB.

Em março de 1975, o boletim mensal da ABDIB publicaria uma lista com vinte itens<sup>13</sup> que responderiam pela maioria da pauta de importações brasileiras na área de bens de capital. Segundo a ABDIB, entretanto, destes vinte itens, pelos menos metade poderia ser fabricada por empresas nacionais, contribuindo para o equilíbrio no balanço de pagamentos. Ainda neste mesmo boletim, é publicado o texto “Bens de Capital a Longo Prazo”, em que é defendida a necessidade de uma política industrial de longo prazo para o setor, com a vinculação da demanda interna do mercado à indústria nacional, para a utilização de sua plena capacidade de produção.

---

<sup>12</sup>

*ABDIB – Informa, n. 124/74.*

<sup>13</sup> Os vinte itens que respondiam por cerca de 75% na pauta de importações brasileiras no setor de bens de capital, compilados pela ABDIB a partir da publicação ‘Comércio Exterior do Brasil’, editada pelo Centro de Informações Econômico-Fiscais da Secretaria da Receita são os seguintes: 1- Máquinas Operatrizes Pesadas; 2- Aparelhos Elétricos de Comando, Controle e Proteção; 3- Guincho, Cabrestante e Guindaste; 4- Fornos; 5- Locomotivas; 6- Conversores, Colheres de Fundição, Lingoteiras e Máquinas de Vazas; 7- Compressores; 8- Válvulas; 9- Laminadores; 10- Vagões; 11- Reatores Nucleares; 12- Geradores Elétricos; 13- Turbinas Hidráulicas; 14- Grupos Geradores Diesel; 15- Pontes Rolantes; 16- Bombas; 17- Caldeiras; 18- Navios, Rebocadores e Equipamentos Portuários; 19- Transformadores e 20- Britadores e Moinhos.

Fontes: *ABDIB - Informa, n. 129/75.*

Texto discutido em 22/08/2007

Neste ano, a ABDIB reúne-se em Porto Alegre com o objetivo de “lançar uma campanha em favor do fortalecimento e do surgimento do empresário nacional na indústria de bens de capital sob encomenda”<sup>14</sup>. O encontro, realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), contou com a presença do presidente da FIERGS, Luiz Mandelli, do Secretário de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Müller, além de representantes de diversas entidades da indústria, finanças e comércio daquele Estado. Na ocasião, o presidente da ABDIB, Cláudio Bardella fez um discurso de apoio à política industrial do governo. No entanto, não deixou de revelar a sua apreensão em relação ao favorecimento do capital estrangeiro, pois segundo afirmou, “no desejo e na pressa de atingir este objetivo de substituição de importações, nós receamos que a parcela maior e mais importante seja oferecida às empresas de capital estrangeiro”<sup>15</sup>. Outras duas reuniões ainda seriam realizadas naquele ano, em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. O fato de estas serem as primeiras reuniões da ABDIB fora do Estado de São Paulo – onde está a sede da entidade e as sedes de várias de suas associadas – é bastante significativo: de um lado, aponta para a necessidade de uma projeção de caráter nacional da entidade e, de outro, para o fato de evidenciar a participação ativa do empresariado nacional do setor de bens de capital durante o governo Geisel.

No dia 09 de março de 1976, em audiência com o Presidente da República, Cláudio Bardella e Carlos Villares, representando a ABDIB, entregaram ao presidente Geisel um

<sup>14</sup>

*ABDIB - Informa*, n.132/75.

<sup>15</sup> *Idem*.

documento expondo os pontos de vista da entidade. Este encontro estabelece um canal direto de comunicação entre a representação empresarial e o governo federal, demonstrando a atuação firme da ABDIB em defesa dos interesses do setor. No documento algumas reivindicações visando o desenvolvimento do setor de bens de capital foram colocadas: 1) definição de uma política industrial para o país que defina de forma clara os objetivos a serem atingidos, as áreas prioritárias a serem desenvolvidas, a participação do empresário nacional, a forma e a amplitude da participação do capital e tecnologia estrangeira e o nível de desenvolvimento do próprio governo; 2) que a política industrial para o setor de bens de capital seja consolidada num conjunto de leis que garanta sua permanência e continuidade por um longo prazo; 3) que o mercado nacional de bens de capital passe a ser considerado como uma reserva natural do país; que a liderança dos projetos de engenharia seja sempre conferida às empresas privadas nacionais de engenharia; 4) seja estabelecido um sistema de consultas entre governo e empresa privada; 5) que não seja permitida acordos e trocas bilaterais que envolvam a importação de bens de capital já fabricados no país; 6) que seja evitada a diluição do mercado entre muitos fabricantes impossibilitando que seja alcançada economia de escala <sup>16</sup>.

Dias depois, os diretores da ABDIB foram recebidos pelos ministros Reis Velloso (SEPLAN) e Mário Henrique Simonsen (Fazenda) para discutirem questões anteriormente apresentadas ao Presidente Geisel sobre o fortalecimento do setor. Como resultado, o governo lançou o documento “Ação para a Empresa Privada Nacional”. Nele, encontram-

---

<sup>16</sup> ABDIB – *Informa*, n. 134/76

se definidas as áreas de atuação das empresas estatais e das empresas estrangeiras e nacionais, além de medidas adotadas pelo governo em benefício do setor privado.

Em palestra realizada no VI Congresso Internacional de Executivos Financeiros, no Rio de Janeiro, Cláudio Bardella defenderia a compra por parte das empresas estatais de máquinas e equipamentos produzidos por empresas brasileiras, ao invés de comprarem no exterior, como freqüentemente, segundo a ABDIB, vinha ocorrendo. Em seu discurso, percebe-se o descontentamento em relação ao governo: “(...) se o governo atual decidiu apoiar a indústria de bens de capital e ele, através de várias empresas estatais é o comprador, todos os principais problemas de nossa indústria devem estar resolvidos. Na teoria, os que formularam este pensamento estão certos, mas na prática a situação é um pouco diferente”<sup>17</sup>.

Ao apontar os problemas que afetam o setor Bardella foi incisivo: “o primeiro deles é um problema subjetivo que caracteriza um certo estado de sub-desenvolvimento mental e que pode ser expressado por uma frase: o que é estrangeiro é melhor”<sup>18</sup>. A crítica é feita diretamente aos executivos de empresas estatais que, contrariando as orientações do governo federal para que as compras de equipamentos e materiais sejam feitas com as empresas privadas nacionais, continuam comprando no exterior.

Outro problema apontado por Bardella refere-se aos financiamentos externos para a realização dos projetos de infra-estrutura do II PND<sup>19</sup>. Os financiamentos, muitas vezes,

<sup>17</sup> ABDIB – *Informa*, n.136/76.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Idem.



estavam vinculados à compra de máquinas e equipamentos dos países financiadores, relegando a indústria brasileira a uma posição secundária.

Em 1977 tem início a terceira fase na relação entre a ABDIB e o governo Geisel: apoio inicial já não encontrava mais eco como nos anos anteriores e a aliança estabelecida em 1974 chegaria ao seu fim. O ano inicia com mudanças na direção da entidade. Carlos Villares (Aços Villares S/A) e Waldyr Antonia Giannetti (Dedini S/A Metalúrgica) são eleitos, em chapa única, para o biênio 1977/1978<sup>20</sup>.

No discurso de posse de Carlos Villares reafirma a continuação da linha da diretoria anterior e coloca como objetivo principal a ser perseguido: o estabelecimento e a efetiva implantação de uma política industrial específica para o setor de bens de capital <sup>21</sup>.

Em 30 de março de 1977 o governo, numa medida visando recuperar o apoio empresarial, assina uma importante medida em favor do setor de bens de capital: a Resolução nº 09 do CDE, reafirmando as diretrizes da política industrial do II PND de apoio à empresa privada nacional.

A Resolução nº 09 (março de 1977) estabelecia, entre outras, as seguintes determinações: 1) empresas e órgãos estatais só realizariam importações de máquinas e equipamentos somente quando não houvesse similar nacional; 2) realização de um esforço de progressiva nacionalização de componentes; 3) a preferência, em caso de consórcio para fornecimento, seria dada àquela sob liderança de empresas nacionais.

<sup>20</sup> ABDIB - *Informa*, n.142/77.

<sup>21</sup> Idem.

Porém, em julho de 1977, é publicada, no boletim da ABDIB, a mais incisiva crítica empresarial à política industrial do governo Geisel até então. As últimas semanas haviam sido marcadas por incidentes de grande importância para a indústria de bens de capital envolvendo a PETROBRÁS: a ameaça de um decreto-lei violentando a Lei do Similar Nacional (1966) e a Resolução nº 09 do CDE, concedendo à estatal isenção total para a importação de equipamentos. Segundo a entidade, estes problemas estariam diretamente relacionados com a redução dos programas de investimentos do governo, em função da revisão das metas do II PND<sup>22</sup>.

No boletim de agosto, as críticas contra a falta de uma política industrial definida e contra o descumprimento da Resolução nº 09 são ainda mais contundentes. Segundo a matéria publicada no boletim da ABDIB, a ausência de diretrizes superiores que determinassem os rumos a serem seguidos pela política industrial seria responsável pela situação do setor que se via frustrado em suas expectativas: vários fabricantes produzindo os mesmos tipos de equipamentos, ausência de uma reserva de mercado para produtos nacionais, concorrência com empresas multinacionais acarretando uma desnacionalização do setor, entre outras.

O ano de 1978 foi marcado pelos bastidores em torno da sucessão presidencial e pelo decreto do Pacote de Abril, determinando o fechamento do Congresso Nacional. O descontentamento do empresariado já era evidente. Em julho de 1978, através de uma consulta promovida pela *Gazeta Mercantil*, oito empresários, reunido no Fórum dos Líderes, redigiram um documento com uma série de críticas à política econômica do

<sup>22</sup> ABDIB – *Informa*, n.145/77.

governo, reiterando posições assumidas pela ABDIB desde, pelo menos, 1975. Contudo, o “Documento dos Oito” (QUADRO-III), estendia suas críticas ao próprio sistema político vigente. O documento marca, de certa forma, o início da campanha em favor da redemocratização, na qual muitos empresários – que sempre apoiaram e tinham estreitas ligações com o regime militar – tiveram fundamental participação. Assinaram o “Documento dos Oito” ou “Documentos dos Empresários”: Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantin), Paulo Villares (Indústrias Villares S/A), Cláudio Bardella (Bardella Indústrias Mecânicas S/A), Jorge Gerdau (Grupo Gerdau), José Mindlin (Metal Leve), Laerte Setubal Filho (Grupo Itausa), Paulo Vellinho (Grupo Sprinder-Admiral) e Severo Gomes (empresário e ex-Ministro da Indústria e Comércio do Governo Geisel).

### **QUADRO-III**

#### **TRECHOS DO “DOCUMENTO DOS OITO” (Julho de 1978)**

##### **I**

A ênfase no desenvolvimento industrial, e sobre isso, parece haver consenso, deverá repousar sobre a indústria de base.

(...).

A tarefa de fortalecimento da empresa nacional exige, fundamentalmente, discernimento em relação a três pontos: criação de mecanismos de capitalização, disponibilidade de tecnologias e critérios de não absorção e uma política correta de gastos do governo e das empresas estatais.

(...).

A consecução de uma política industrial que solucione as questões de homogeneização tecnológicas, de escala, bem como de manutenção de níveis adequados de demanda, requer um programa de compras a longo prazo por parte do governo e das empresas estatais. As empresas públicas, em particular, devem estar subordinadas à política industrial, de modo a evitar distorções provocadas por seu comportamento descontrolado e prejudicial aos interesses maiores da economia nacional.

(...).

A efetivação de uma política industrial, nos moldes que estamos preconizando, supõe uma participação ativa do empresariado e sua elaboração. Os órgãos encarregados de sua formulação deverão abrigar representações dos industriais, que poderão assim emprestar sua experiência e conhecimento no desenho das grandes linhas daquela política, ainda que não interferindo nas decisões administrativas.

(...).

### III

Acreditamos que o desenvolvimento econômico e social, tal como o concebemos, somente será possível dentro de um marco político que permita uma ampla participação de todos. E só há um regime capaz de promover a plena participação de interesses e opiniões dotados ao mesmo tempo de flexibilidade suficiente para absorver tensões sem transforma-las num indesejável conflito de classes: o regime democrático. Mais que isso, estamos convencidos de que o sistema de livre iniciativa no Brasil e a economia de mercado são viáveis e

podem ser duradouros, se formos capazes de construir instituições que protejam os direitos dos cidadãos e garantam a liberdade.

Mas defendemos a democracia, sobretudo, por ser um sistema superior de vida, o mais apropriado para o desenvolvimento das potencialidades humanas. E é dentro desse espírito, com o desejo de contribuir, que submetemos nossas idéias ao debate do conjunto da sociedade brasileira e, em especial, de nossos colegas empresários e dos homens públicos.

### **Fontes Primárias**

*ABDIB Informa, anos 1974, 1975, 1976, 1977 e 1978.*

*ABDIB, Relatório Anual da Diretoria, anos 1974, 1975, 1976, 1977 e 1978.*

*Gazeta Mercantil, julho de 1978.*

*Boletim do Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo, maio-junho de 1974.*

### **Referências Bibliográficas:**

CASTRO, Antonio Barros e SOUZA, Francisco E. P. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

\_\_\_\_\_. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

LESSA, Carlos. *A Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso*. Campinas: editora da Unicamp, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania. IN: *Tempo*. Niterói, vol. 1, nº 1, 1996, p.94-125.

PAYNE, Leigh A. *Brazilian Industrialists and Democracy Change*. Baltimore: The John Hopkins University, 1994,

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *Empresariado e Estado na Transição Brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1995.



A crítica empresarial mais contundente ao governo Geisel e, mais ainda, ao próprio regime emerge justamente do setor tido como central pelo II PND: o setor de bens de capital. A aliança ABDIB – Governo Geisel estava, definitivamente, rompida. O projeto de Nação-Potência perderia, naquele momento, aquele que deveria ser o seu maior aliado.